



MULHER E AGROECOLOGIA NO BRASIL: BIBLIOMETRIA DE DEZESSEIS ANOS DE HISTÓRIA

Letiane de Souza Machado¹
Edna Linhares Garcia²
Analídia Rodolpho Petry³

RESUMO

Neste artigo mapeamos a literatura brasileira sobre a mulher na agroecologia e seus indicadores bibliográficos a partir do primeiro estudo publicado em 2004. Estudo bibliométrico, descritivo, com análise quantitativa. A busca se deu em 4 bases científicas, com os descritores: “mulher”, “gênero”, “agricultura”, “agroecologia” e “agricultura sustentável”, suas variações de grafia e seus similares em língua portuguesa e inglesa. Após o processo de exclusão de duplicatas e de triagem de títulos e resumos, restaram 82 trabalhos. Os resultados apontam para o crescimento das publicações a partir de 2013, com queda em 2019. A predominância de autoras (81,74%) demonstra uma busca das mulheres por evidenciar o protagonismo feminino nos movimentos agroecológicos, bem como na ciência. Somente 6 autoras publicaram mais de um trabalho na área, apontando a dispersão de autoria na área. Dos 21 artigos em revistas científicas, 1/3 estava concentrado no mesmo periódico, assinalando a Universidade de Santa Catarina como frente de pesquisa na temática. Destaca-se a dispersão e descontinuidade das autorias, sugerindo a necessidade da criação de redes de pesquisa de referência.

Palavras-chave: bibliometria; ciência; mulher; agroecologia.

INTRODUÇÃO

Segundo a Scopus, o grande aporte de literatura sobre a agroecologia advém de pesquisas tecnicistas, em destaque sobre ciências biológicas (32,5%) e a ciência ambiental (20,2%). Contudo, os movimentos sociais envolvidos na temática, a exemplo Movimento Sem Terra (MST), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Mulheres Camponesas (MMC), destacam a necessidade de estudos no campo das ciências sociais, que possuam um olhar voltado às mulheres rurais. Um dos lemas criado e defendido por esses movimentos é

¹ Nutricionista. Mestre em Promoção da Saúde – Universidade de Santa Cruz do Sul.

² Docente do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Promoção da Saúde e do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Psicologia - Universidade de Santa Cruz do Sul.

³ Docente do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Promoção da Saúde e do Departamento de Ciências da Saúde – Universidade de Santa Cruz do Sul.

“sem feminismo não há agroecologia”, frase que evidencia a luta pelos preceitos base da frente agroecológica: a igualdade, a liberdade e a autonomia para todos e todas (MOREIRA, 2019).

Uma recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciou questões de desigualdade de gênero e raça que atravessam a cultura e economia do nosso país. Em relação aos homens, as mulheres despendem 73% de horas a mais em serviços domésticos, trabalham com carga horária reduzida (30 horas semanais) e recebem $\frac{3}{4}$ dos rendimentos médios (IBGE, 2018). Essas questões são relacionadas à norma social que liga prioritariamente a mulher/feminino a questões domésticas e de cuidado, chamado trabalho reprodutivo, e ao homem compete os trabalhos produtivos diretamente remunerados, que representam um maior valor social (BURG; LOVATO, 2007; HIRATA, 2016).

Na Europa, a integração da mulher para o ambiente de trabalho formal foi iniciada após a Segunda Guerra Mundial, pela necessidade de reindustrialização e pelo acirramento das lutas feministas. Assim, novas relações de trabalho se constituíram, com a conciliação do trabalho formal e o papel de “dona de casa”, acumulando uma dupla ou até mesmo tripla jornada, quando as atividades dentro e fora de casa são combinadas com os estudos (ÁVILA; PORTES, 2012; FEDERICI, 2019). A sobrecarga de funções impostas às mulheres da cidade, não se distancia da realidade das mulheres do campo, essas estão restritas ao ambiente privado doméstico, e a elas pertencem atividades de cuidados com o lar e da família, assim como atividades produtivas como o tratamento de animais, pequenas hortas e até mesmo o trabalho no campo (HERRERA, 2019).

Não obstante, como um agravamento das relações de desigualdade e trabalho, as atividades realizadas no âmbito produtivo pelas agricultoras são consideradas uma extensão intrínseca e natural do “ser mulher”, uma “ajuda” para o marido ou família, ou seja, cumprindo sua responsabilidade como mãe-esposa, muitas vezes com pouca ou nenhuma remuneração. Essas relações sociais construídas pela cultura resultam na invisibilização, tanto do trabalho quanto das funções sociais da mulher (PAULILO, 2013, 2016).

Como enfrentamento à estrutura patriarcal estabelecida no campo rural, nos últimos 20 anos, movimentos de resistência ao agronegócio, de valorização da agricultura orgânica e ecofeminismo vem crescendo no Brasil. A exemplo, a Marcha das Margaridas de 2011 que mobilizou cerca de 100 mil mulheres do campo de diversas regiões do país. Ocorrida em Brasília, tinha como pautas o desenvolvimento sustentável, justiça, autonomia, igualdade e liberdade (AGUIAR, 2016). A consolidação da luta das mulheres como protagonistas políticas veio dois anos após a marcha de 2011, quando foi anunciada a criação do Plano

Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Esse, previa destinação de recursos específicos para propriedades comandadas por mulheres e, também, apoio técnico exclusivo para seus projetos (BRASIL, 2013).

Segundo Siliprandi (2015), a conversão da agricultura convencional para agroecológica por muitas vezes é iniciada pelas mulheres, com a instalação de hortas para alimentação e saúde da família. Contudo, devido à cultura patriarcal constituída nas relações de produção e na organização familiar, é corriqueiro que essas ações só tomem forma e passem a ser consideradas como fonte de renda da família quando o homem assume as atividades. Essas questões, mais uma vez, contribuem para a invisibilização do pioneirismo e não reconhecimento do trabalho da mulher, bem como podem implicar na participação feminina minoritária nos movimentos, na marginalização ou na exclusão de reivindicações.

Nesse artigo reconhecemos a necessidade de conferir maior visibilidade às construções científicas referente às mulheres na agroecologia no Brasil. Para tanto, buscou-se compreender como o cenário histórico-político transversaliza o protagonismo das mulheres no movimento agroecológico, bem como conhecer e mapear o panorama das produções acadêmicas, por meio da técnica de revisão bibliométrica.

METODOLOGIA

Esse estudo é uma análise quantitativa e descritiva das publicações brasileiras relacionadas a “mulher e agroecologia”, englobando diferentes tipos de veiculação científica (periódicos, anais de eventos, artigos, resumo e livros). O modelo de pesquisa descritiva visa retratar as características de um determinado fenômeno. Para tal, utilizamos a técnica da revisão bibliométrica, caracterizada como empírica analítica, que objetiva identificar os principais atores, veículos de publicação e disseminação do conhecimento científico de determinada questão de estudo (ARAÚJO, 2006).

A partir desses documentos foi elaborado um protocolo que abrange a justificativa do tema, estratégia de busca, critérios de elegibilidade, registros e análise dos dados. Inicialmente foi realizada uma busca em diferentes bases de dados, para verificar o ineditismo do estudo, além da certificação da viabilidade desta pesquisa. Consoante aos achados que justificavam a revisão, se estabeleceu a estratégia de busca. Como critérios para elegibilidade dos estudos, aqueles que abordassem a temática “mulher e agroecologia”, sendo incluídos artigos em revistas, artigos em eventos, resumos, teses, dissertações e livros. Outras publicações não científicas, ou que não estivessem disponíveis em meio digital foram excluídas da presente revisão.

Foram eleitos os seguintes descritores, de acordo com os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) preconizados pela Biblioteca Virtual em Saúde (BVS): “mulher”, “gênero”, “agricultura”, “agroecologia” e “agricultura sustentável”, suas variações de grafia e seus similares em língua portuguesa e inglesa. Não houve restrição de idioma de publicação, contudo os estudos deveriam ter sido realizados no Brasil. A escolha das bases de dados foi alicerçada na intenção de mapear os diversos tipos de produções. Foram eleitas quatro bases: a BVS que engloba as bases Lilacs, Scielo e Medline; a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Portal de teses/dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Portal CAPES) e o Google Acadêmico®. A busca foi realizada em fevereiro de 2020 e atualizada em maio de 2020. A temporariedade não foi pré-determinada, sendo englobados todos os estudos publicados até a data de busca. O primeiro documento encontrado datava de 2004, por esse motivo a escolha pelo título “Mulher e agroecologia no Brasil: uma bibliometria de dezesseis anos de história”.

Os materiais resultantes das bases de dados foram organizados em uma biblioteca eletrônica do organizador de referências Mendeley®, as duplicatas foram excluídas. A seleção foi realizada em duas fases: na primeira – triagem - leitura dos títulos com a exclusão de artigos cujo título não contemplasse o objetivo proposto nesse estudo; a segunda fase se constituiu pela leitura dos resumos, com aplicação dos mesmos critérios da primeira fase.

Após o processo de exclusão dos estudos não elegíveis, a coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro padronizado e alimentação de banco de dados em planilha de MS Excel®, o qual contemplava os seguintes itens: tipo publicação, ano, título, nome dos autores, número de autores, número de autores mulheres, instituições acadêmicas vinculadas, palavras-chaves referidas, Estado da Federação de desenvolvimento do estudo e dados específicos para cada tipo de estudo. Inicialmente foram registrados 10 estudos como piloto, após o registro alguns itens foram adicionados, como região do país e delineamento dos trabalhos.

Nos artigos publicados em revistas se registrou o Qualis/CAPES (Sistema brasileiro de avaliação de periódicos) – quadriênio 2013-2016 para área de avaliação interdisciplinar, número de citação nas plataformas Web of Science®, Scopus® e Google Acadêmico®. Para artigos e resumos publicados em eventos foi registrado o tipo e nome do evento de publicação. Para as teses de doutorado e dissertações de mestrado foram registradas as instituições e programas de pós-graduação envolvidos. Para a categoria de livros, foram registrados os títulos, os capítulos que contemplavam a temática, assim como a cidade de

publicação. Para todas as publicações foi verificado o número de citações no Google Acadêmico®.

Optou-se por uma análise descritiva do banco de dados. Foram levantadas estatísticas, conforme as categorias, com finalidade de comparar, relacionar e construir indicadores. Nessa etapa foi possível traçar as características dos veículos de publicação, assim como o perfil dos autores e a trajetória temporal e geográfica dos estudos.

Por se tratar de um levantamento de estudos com diferentes meios de publicação (periódicos, anais de eventos, dissertações, teses e livros), com vinculação em periódicos brasileiros que possuem baixa indexação em plataformas internacionais (Scielo e Web of Science), o cruzamento de referências para elaboração de rede e núcleos de produção foi inviável. Como alternativa foi coletado, para cada estudo incluído, o número de citação nas plataformas Web of Science®, Scopus® e Google Acadêmico® e os dados de autoria foram agrupados de modo a traçar padrões de produtividade das autoras e das instituições, além de identificar a concentração de publicação nos veículos analisados.

RESULTADOS

CARACTERÍSTICAS GERAIS

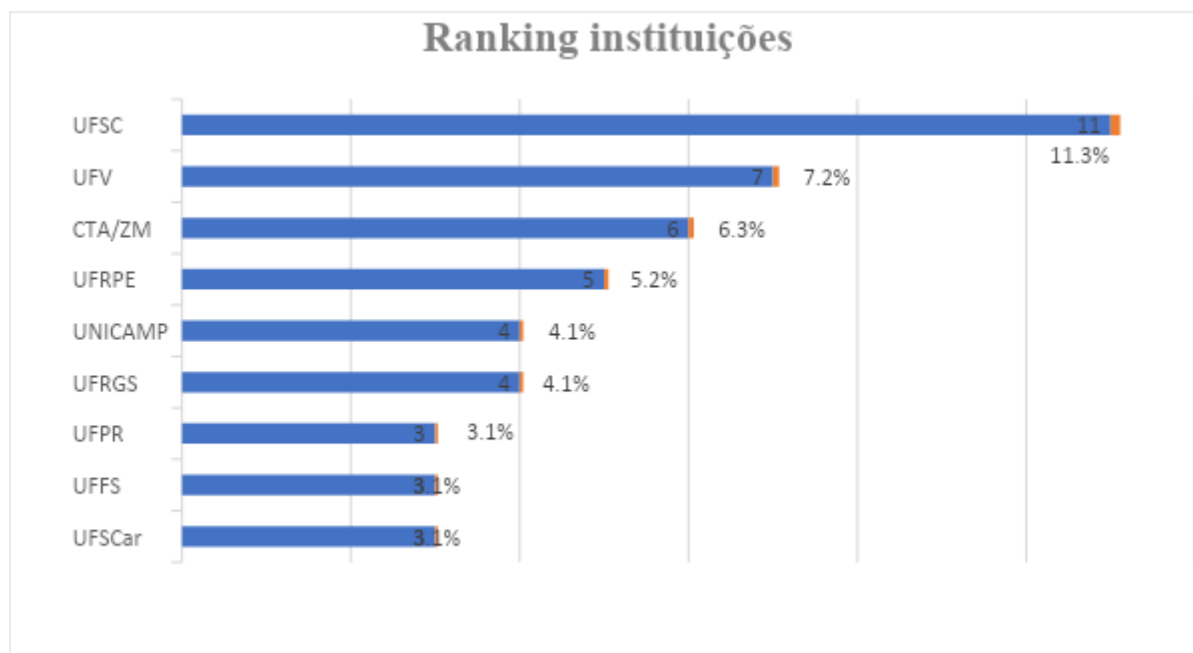
No total foram incluídos 82 estudos, dentre eles 21 (25,6%) artigos de revistas científicas, 19 (23,2%) dissertações, 16 (19,5%) artigos publicados em eventos científicos, 15 (18,3%) resumos publicados em anais de eventos, 8 livros e 3 teses. Em relação à dinâmica temporal das publicações, o crescimento do número absoluto de publicações, desde 2013, atingiu seu pico em 2018 (n=19). Mesmo não sendo determinado período para a busca, a primeira publicação foi observada em 2004 e a mais recente em 2020 (**Figura 1**). Em sua maioria (68,3%), os estudos eram qualitativos (n=56), seguidos de quanti-qualitativos (n=9, 10,9%), quantitativos (n=4, 4,9%), revisões de literatura (n=5, 6%) e 9,7% dos estudos não foram contabilizados por não apresentarem descrição de delineamento.

Figura 1: Distribuição temporal das publicações



Três regiões do país apresentaram o maior número de estudos, sendo elas Sul (n=29), Nordeste (n=25) e Sudeste (n=24). Em relação à filiação acadêmica dos autores, destaca-se como instituição que mais publicou a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com 11 trabalhos e a Universidade Federal de Vitória com 7 trabalhos (**Figura 2**). Na UFSC, também foram desenvolvidas 4 das 11 dissertações incluídas, sendo 3 relacionadas ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas e uma ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. As dissertações restantes e teses estavam distribuídas em 14 universidades e 17 programas de pós-graduação.

Figura 2: Ranking das instituições com maior número de publicações



Legenda: UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas; UFPR - Universidade Federal do Paraná; UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul; UFSCar - Universidade Federal de São Carlos; UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco; CTZ/ZM - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona Da Mata; UFV - Universidade Federal de Viçosa; UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

REVISTAS, EVENTOS, AUTORAS E CITAÇÕES

O pico desse tipo de publicações se concentrou em 2015 e 2018, com média de 3,25 artigos por ano. Os 21 artigos de periódicos científicos selecionados foram publicados em 15 diferentes revistas, somente um periódico (Estudos Feministas/UFSC) era qualificado pelo sistema de avaliação de periódicos como Qualis A1 (excelência), 11 foram qualificados entre B1 e B4, um classificado como B5 e dois não tinham classificação. O periódico Estudos Feministas apresentou o maior número de publicações (n=5), compondo 23,8% da amostra e

contou o com maior número de citações (n=64) somando Google acadêmico® e Web of Science®.

A UFSC, que parece ser o núcleo de periódicos para esta área, compôs a amostra com 3 revistas, as quais publicaram 8 dos 21 artigos selecionados (38,1%). Dentre as instituições, apresentou o maior número de artigos publicados em suas revistas, sendo elas: Estudos Feministas com a publicação de 5 artigos, Política & Sociedade com 2 artigos e INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar com 1 publicação. Destaca-se, ainda, que a revista Estudos Feministas possui a melhor qualificação dentre os periódicos, sendo qualificada como Qualis A1 na área interdisciplinar.

Sobre os artigos publicados em anais de eventos científicos (n=15), 80% (n=12) foram do ano de 2018, o que pode justificar a alta taxa de produção geral neste ano. Esses trabalhos foram publicados nos anais do X Congresso Brasileiro de Agroecologia, do VI Congresso Latino-americano de Agroecologia e do V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno, o qual disponibilizou um eixo temático intitulado “Mulher e Agroecologia”, justificando o grande número de publicações.

No total, foram identificados 115 autores diferentes, deles 81,74% (n=94) eram mulheres, sendo todos os trabalhos conduzidos por ao menos uma autora. As teses e dissertações foram 100% de autoria feminina, e o tipo de documento que apresentou menor porcentagem de autoras foi artigos publicados em revistas (78%). Apenas 6 autores apresentaram mais de um trabalho na área, sendo que a autora Emma Siliprandi (2009) se destacou com 5 produções, obtendo 48 citações no Google acadêmico® com a obra “*Mulheres e agroecologia: novos assuntos políticos na agricultura familiar*”. Outro trabalho mais importante em número de citações foi “*A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades*” de Karen Follador Karam (2004), publicada na “*Revista de Estudos feministas*”, apresentando 64 citações, nas plataformas Google acadêmico® e Web Of Science®, sendo o maior dentre os estudos selecionados.

DISCUSSÃO

A relevância da técnica bibliométrica para análise de indicadores de produção científica é alicerçada pela necessidade de conhecer e avaliar o estado das publicações e divulgações acadêmicas acerca de um determinado tema, sendo reconhecida como importante ferramenta para análise dos estudos no campo da saúde (ARAÚJO, 2006; RODRIGUEZ *et al.*, 2009). A partir do panorama de produção exposto, os resultados foram relacionando às questões históricas, temporais e políticas, na busca de explicar os fenômenos encontrados.

De acordo com os resultados, apenas um quarto de todo material produzido sobre a temática foi publicado em periódicos acadêmicos. A submissão de textos em revistas, principalmente àquelas de maior estrato Qualis, tende a despende um elevado tempo de trabalho, assim como de espera para a revisão e para seu aceite. Aponta-se os periódicos como meios de divulgação científica de maior confiabilidade e qualidade, e por esse motivo apresentam altas taxas de rejeição (TSANG; FREY, 2007). Desse modo, sugere-se que o baixo impacto dos periódicos observados no levantamento e o menor número de citações acadêmicas provenham da dificuldade das autoras de realizarem publicações nesse meio.

Esse resultado dialoga com a participação feminina no painel de autores, na categoria de artigos em revistas, a taxa de autoras mulheres foi a menor (78%). Essa diferença pode ser relacionada ao acúmulo de tarefas conferido às mulheres após a emancipação para o mercado de trabalho. Ao passo da inclusão feminina no ambiente produtivo, as relações de trabalho se associaram às atividades de cuidado do lar e dos filhos. Ainda, as mulheres pesquisadoras conciliam o trabalho e a casa com os estudos, configurando uma tripla jornada de trabalho (ÁVILA; PORTES, 2012).

Todos os estudos incluídos na revisão apresentavam ao menos uma autora mulher, evidenciando o protagonismo e dedicação dessas pesquisadoras na busca por discutir questões de gênero. Segundo Lino e Mayorga (2016), as mulheres que pesquisam sobre mulheres buscam desnaturalizar o lugar feminino imposto pela cultura sexista, e almejam uma ressignificação e/ou construção de um espaço ou de uma cultura não hegemônica. Nesse sentido, compreende-se a utilização majoritária da metodologia qualitativa, a qual se dedica a analisar a realidade que compreendendo com profundidade os fenômenos, buscando nas falas e palavras descrever os processos relacionais de forma ampla e detalhada (POPE; MAYS, 2009).

Pode-se afirmar que a agroecologia, como campo de estudo, não é enquadrada nas áreas acadêmicas majoritariamente femininas, como por exemplo as disciplinas de enfermagem, nutrição, linguística entre outras (SILVA; RIBEIRO, 2014). Segundo Prévost (2019), a literatura acerca da agroecologia, em especial a clássica, se configura como androcêntrica, em que as práticas científicas masculinas são reificadas e as femininas invisibilizadas. Por outro lado, há uma crescente corrente no movimento agroecológico que afirma que a perspectiva feminista deve ser indissociável da agroecologia (MOREIRA, 2019).

Como supracitado, a agroecologia carrega em seu conceito o viés político, fato que vai ao encontro das práticas de produção científica, que podem e devem ser consideradas um ato político. A academia contribui para a garantia da vida humana e da transformação social,

sendo importante base de conhecimento para o exercício da política (CROCHIK; MASSOLA; SVARTMAN, 2016). Sobre o tema, a temporalidade e o estado das publicações acerca da mulher e da agroecologia parece ter oscilado, também, frente ao panorama político brasileiro. Nesses 16 anos observados, o poder executivo federal foi um fator determinante para criação ou, em contrapartida, para o desaparecimento das políticas públicas voltadas à agroecologia e às mulheres no meio rural.

A partir do ano de 2013 houve uma ascensão das publicações, o que pode ser relacionado à um dos marcos para o movimento agroecológico, a Marcha das Margaridas, que deflagrou e garantiu a criação, pelo governo de Dilma Roussef, do PLANAPO que reserva direitos e apoio técnico exclusivos às mulheres rurais (BRASIL, 2013). Ademais, em 2012, o governo federal publicou uma chamada pública para fomento de pesquisas científicas sobre relações de gênero no campo e nas florestas, estimulando a produção acadêmica na área (BRASIL, 2012). Diante do exposto, acredita-se que essas ações conferiram visibilidade ao tema, influenciando a inclinação para cima na curva de publicações. Do mesmo modo, a descendência ocorreu no ano de 2016, o qual foi marcado pelo processo do golpe de estado, com a deposição da presidenta Dilma Roussef, sendo ponto chave do início de uma política de estado de sucateamento e esvaziamento dos programas de fomento à agroecologia (PEDREIRA *et al.*, 2020).

Um ponto em destaque no gráfico de temporalidade é o ano de 2018, em que se atingiu o ápice das publicações, estando fora do padrão de decréscimo observado desde 2016 e que se seguiu até 2019. Esse fenômeno se explica devido a realização do X Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), VI Congresso Latino-americano de Agroecologia e V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. Nessa ocasião foi proposto um eixo temático chamado “Mulheres, Feminismos e Agroecologia”, que recebeu resumos exclusivos sobre o tema, o que pode ter influenciado tal ápice, pois 80% do total de produções do ano de 2018 foram publicadas nesse evento.

Um estudo de 2015 realizou uma revisão bibliométrica dos anais do CBA, buscando por publicações de resumos sobre mulher e agroecologia. Em 12 anos de congresso apenas 75 trabalhos apresentados contemplavam a temática da mulher rural, de um total de 5.127 (IYUSUKA, 2016). Esses dados demonstram a pouca visibilidade do campo de estudo e a concordância com os resultados desta revisão, que mesmo observando 16 anos de publicações, obteve somente 82 documentos sobre a temática. Ainda, foi identificado um certo grau de dispersão e descontinuidade de autoria, uma vez que do universo de 115 diferentes autoras, apenas 6 tiveram mais de uma publicação na área.

Buscou-se por meio do cruzamento das informações bibliométricas, perfil de autoria, filiações e meios de publicação encontrar o “core” de pesquisa, ou seja, grupos ou núcleos que façam frente de publicação, sendo reconhecidos como referência na área (ARAÚJO, 2006). Apontamos a UFSC como a instituição de destaque, uma vez que lidera o Top 10 instituições com 11 trabalhos, concentra 23,8% dos artigos publicados em periódicos científicos, possui o artigo com maior número de citações e sedia a única revista classificada Qualis A1 e com indexação internacional. A UFSC ocupa o nono lugar nas universidades que mais publicam artigos no país, e está inclusa no grupo das 15 instituições que são responsáveis por mais de 60% de todo conhecimento científico produzido no Brasil (ANALYTICS, 2018).

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES

Considerando a produção científica como um ato político e que o movimento agroecológico possui um caráter sociocultural, sugere-se que o estado da arte das publicações acerca da mulher e agroecologia é influenciado pela temporalidade e pelo panorama político-social. Esse comportamento é uma reflexão da instabilidade dos incentivos destinados à agroecologia, e da carência de um apoio permanente para o desenvolvimento desse campo.

O reduzido número de trabalhos encontrados na área e o menor estrato Qualis das revistas responsáveis pela publicação evidenciam a necessidade de incentivo e publicização dos estudos. Visto a multiplicidade das autorias, que parecem ser dispersas e descontínuas, a criação de redes de pesquisas que desempenhem trabalhos continuados e de referência se apresentam como uma possibilidade de impulsionar as pesquisas na área em nível nacional. A UFSC, por seu desempenho, parece ocupar o papel de “frente de pesquisa”, e representa importante ponto de flexão, com possibilidades para a articulação de uma malha acadêmica.

Mesmo com as barreiras e dificuldades impressas na carreira e na vida das mulheres cientistas, com o desempenho de dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho, elas ocuparam o lugar majoritário no painel de autores. Desse modo, firmaram seu protagonismo na busca por discutir as questões de desigualdade de gênero e atuação feminina no ambiente agroecológico. Emerge do movimento a crítica sobre o androcentrismo das publicações, em especial das clássicas. Contudo, há uma perspectiva do feminismo como corrente importante e determinante para um futuro agroecológico, alicerçada na equidade e justiça.

São muitas as barreiras enfrentadas pelas mulheres, tanto na ciência, como no ambiente rural, como a invisibilização e sobrecarga de trabalho. Ao desenvolver estudos sobre

mulher e agroecologia, as autoras pretenderam expor a potência e a fertilidade do campo de estudo, e o pioneirismo das mulheres rurais dentro do movimento agroecológico. Assim, apesar de enfrentarem resistências acadêmicas, estruturais e culturais, essas autoras colaboraram para evidenciar o fortalecimento da participação feminina tanto na agroecologia, quanto na produção do conhecimento científico. Por sua vez, os resultados do presente estudo permitem supor que essas mulheres, sendo elas camponesas e/ou pesquisadoras, se deparam e superam muitos obstáculos na busca de reconhecimento e de transformação dos valores atávicos que regem a sociedade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v.15, p.261-295, 2016.

ANALYTICS, Clarivate. **Research in Brazil: funding excellence**. Analysis prepared on behalf of CAPES by the Web of Science Group. WOS, 2018. Disponível em: https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2019/09/ClarivateReport_2013-2018.pdf Acesso em: 24 dez. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução história e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16> Acesso em: 04 dez. 2020.

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 809-832, dec. 2012. DOI: 10.1590/S0104-026X2012000300011.

BRASIL - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 32/2012**. Brasília, DF: MCTI, 2012. Disponível em: <https://cutt.ly/jxHye7V> Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Social. **Plano nacional de agroecologia e produção orgânica - PLANAPO**. 1. ed. Brasília, DF: MDS, 2013.

CROCHIK, José Leon; MASSOLA, Gustavo Martineli; SVARTMAN, Bernardo Parodi. Ciência e Política. **Psicologia USP**, v. 27, n. 1, p. 1-5, abr. 2016. DOI: 10.1590/0103-656420162701.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Editora Elefante, 2019.

HERRERA, Karolyna Marin. **A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais**. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204552> Acesso em: 04 dez. 2020.

HIRATA, Helena. Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho. **Confins Revista franco-brasileira de geografia**, n. 26, 2016. DOI: 10.4000/confins.10754 Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/10754#bibliography> Acesso em: 28 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 38, p. 12, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acesso em: 28 nov. 2020.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo nas famílias brasileiras. In: FONTOURA, Natália *et al.* (Org.). **Uso do tempo e gênero**, Rio de Janeiro: UERJ, p. 101-137, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8034/1/Usodo%20tempo%20e%20g%C3%AAnero.pdf#page=103> Acesso em: 04 dez. 2020.

IYUSUKA, Sheyla Saori. **Mulheres na agroecologia: um estudo bibliométrico**. 2016. 81f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade de São Carlos, Araras, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7895/DissSSI.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 04 dez. 2020.

LINO, Tayane Rogéria; MAYORGA, Cláudia. As mulheres como sujeitos da ciência: Uma análise da participação das mulheres na ciência moderna. **Saúde & Transformação Social**, v. 7, n. 3, p. 96-107, 2016. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/4239/4651> Acesso em: 04 dez. 2020.

MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; ORTUNO, Judit Herrera. Devir Margarida: narrativas de si em experiéncias fetos. **Interface** (Botucatu), Botucatu, v. 24, e190180, 2020. DOI: 10.1590/interface.190180 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v24/1807-5762-icse-24-e190180.pdf> Acesso em: 04 dez. 2020.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. **A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil**. 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. FAO, fome e mulheres rurais. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 56, n. 2, p. 285-310, 2013. DOI: 10.1590/S0011-52582013000200002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v56n2/02.pdf> Acesso em: 04 dez. 2020.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: UFSC, p. 383, 2016.

PEDREIRA, Paulo Vitor Reis et al. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário como forma de esvaziamento das políticas de fomento à Agroecologia no Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/4823/3530> Acesso em: 28 nov. 2020.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Artmed Editora, 2009.

PRÉVOST, Héloïse. Agroecologia, uma ciência" norma (l) cho"? sob as escrituras científicas, o androcentrismo. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, n. 15, p. 25-52, 2020.

RODRÍGUEZ, Manuel D'ávila *et al.* Bibliometría: conceptos y utilidades para el estudio médico y la formación profesional. **Salud Uninorte**, v. 25, n. 2, p. 319-330, dez. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81712365011> Acesso em: 04 dez. 2020.

SILVA, Fabiane Ferreira; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. DOI: 10.1590/1516-73132014000200012 Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2510/251031473012.pdf> Acesso em: 04 dez. 2020.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

TSANG, Eric W. K.; FREY, Bruno S. The as-is journal review process: let authors own their ideas. **Academy of Management Learning & Education**, v. 6, n. 1, p. 128-136, 2007.